



[Handwritten signature]

ATA Nº11/2020

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FERREIRA DO ALENTEJO

DIA 13 DE MAIO DE 2020

Presenças:

Presidente Luís António Pita Ameixa
Vereadores Maria José do Ó Efigénio (Vice-Presidente)
José Valente Rocha Guerra
Ana Rute Beringel de Sousa
Paulo Fernando Marrafas Conde

Faltas: Não houve

Local: *Esta reunião realizou-se por videoconferência(Jitsi Meet)*

Secretariou: Albano Rocha Fialho- Chefe do Serviço Jurídico e Institucional

-----Tal como previsto no nº3 do artigo 3º da Lei nº1-A/2020. De 19 de março, até dia 30 de junho de 2020, podem ser realizadas por videoconferência, ou outro meio digital, as reuniões dos órgãos deliberativos e executivos das autarquias locais e das entidades intermunicipais, desde que haja condições técnicas para o efeito. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente, deu início à reunião com a Ordem de Trabalhos, que foi entregue antecipadamente a todos os membros da câmara, nos termos do nº.2 do artigo 53º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro. -----

A-Antes da ordem do dia

- A.1- Informações dos pelouros;
- A.2- Outros assuntos;
- A.3- Resumo de tesouraria.

B-Ordem do dia

- B.1- Ata da reunião anterior (nº10 de 2020);
- B.2- Ponto de situação- COVID-19;
- B.3- Edificação e urbanização;
- B.4- Serviços nos cemitérios municipais e cremações;
- B.5- Apoio a entidades e atividades diversas;
- B.6- Regulamento de Apoio à Cultura e Desporto;
- B.7- Projeto de Remodelação das Piscinas Municipais ao Ar Livre;
- B.8- Projeto do Parque Canino;
- B.9- Autorização Prévia-Compromisso Plurianual-Empreitada “Expansão do Parque Empresarial de Ferreira do Alentejo”;
- B.10- Regulamento de Apoio Social. Habitação;
- B.11- Educação e Ensino.

C-Minuta da ata

-----A – ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----A.1 – INFORMAÇÕES DOS PELOUROS-----

-----O **Senhor Presidente**, informou que começou a ser hoje aplicada herbicida, contudo a chuva que se fez sentir deve ter prejudicado esta manobra. Há três fatores a salientar as condições atmosféricas (calor), a empresa e a utilização de herbicida em virtude das ervas existentes. Já

houve uma campanha em tempos, nomeadamente nas freguesias que já começaram com o apoio da câmara. A ideia desejável era fazer um combate às ervas que manualmente não se consegue fazer, pelo que o recurso a herbicidas é uma abertura para que a empresa Ferrovia, proceda à sua aplicação. A empresa fez uma lista onde é necessário, cumprir as regras existentes para esse efeito.

-----Os Serviços de Cultura estão a fazer um trabalho interno apesar da abertura da biblioteca e do arquivo. Os Serviços de Comunicação e Audiovisuais estão a fazer um arquivo no âmbito da sua atividade interna, nomeadamente arquivo de fotos e de atividades realizadas. Os Serviços de Administração Direta respondem às necessidades tais como: esgotos, roturas de água e pequenas reparações. Os carpinteiros estão por exemplo a reparar as papelarias no Jardim Público. Os pintores também estão no Jardim Público e os pedreiros nos cemitérios. -----

-----A questão do horário dos trabalhadores dos serviços operacionais importa rever, o Chefe de Serviço José Costa, sugere uma jornada continua até ao final do mês de setembro, com início pelas sete horas e término pelas treze horas, com o argumento das condições atmosféricas (elevadas temperaturas) e também pelo COVID-19. Quando antes se fez esta jornada continua, foram apontadas algumas deficiências para esta situação, pelo que haverá que ponderar.-----

-----Relativamente à jornada continua, a **Senhora Vereadora Maria José**, concorda que esta medida se aplique aos serviços externos, em virtude da nossa região ser muito quente no verão. Há algumas câmaras com horários mais desfasados e a optar pelo horário continuo. No entanto, refere a Senhora Vereadora que tem algumas dúvidas, é uma questão de gestão e planeamento a ter em conta, visto existirem serviços que estão interligados e os horários terem aqui alguma influência.-----

-----O **Senhor Vereador José Guerra**, concorda com a posição exposta pela Vereadora Maria José, em particular com os serviços externos, no que concerne aos serviços internos, há condições para se manter.-----

-----A **Senhora Vereadora Ana Rute**, salienta que deve ser verificado caso a caso, nomeadamente os transportes. No canil essa jornada não funciona, pois, os animais estariam muito tempo sem comer. -----

-----O **Senhor Vereador Paulo Conde**, refere que este assunto deve ser avaliado, e tentar perceber se os serviços conseguem responder a esse tipo de situações. -----

J.
L.
A

-----A **Senhora Vereadora Maria José**, refere que todos os serviços continuam a trabalhar normalmente e aqueles que estão em teletrabalho também o fazem. Já foi assinada a consignação da obra envolvente ao mercado e o prazo vai começar a contar. Esta obra vai causar algumas perturbações na zona envolvente, nomeadamente no estacionamento e no acesso à zona das coletividades. Iniciou-se uma campanha para o envio da fatura do pagamento de água, por e-mail, com o intuito de reduzir os gastos em papel. Iniciou-se o atendimento ao público na sexta feira passada. -----

-----Sobre a fábrica das Fortes, a **Senhora Vereadora**, salienta que tem vindo a ser questionada sistematicamente pela Associação Ambiental das Fortes, que de acordo com as informações continua a laborar e os efeitos persistem. Foi lhe referido que existem pessoas que não conseguem estar em casa, com problemas de falta de ar devido ao mau cheiro intenso e gorduras no ar. A fábrica continua a trabalhar e remetem a informação que a responsabilidade é da Câmara. A **Senhora Vereadora**, falou com a responsável pela Associação Ambiental das Fortes, sobre a posição da câmara junto da empresa e das entidades competentes. A Dra. Marcela Candeias enviou um e-mail com o intuito de agendar uma reunião para o dia catorze ou quinze de maio, por videoconferência, o referido e-mail foi direcionado para um conjunto muito alargado de pessoas, nomeadamente deputados da Assembleia da República, Parlamento Europeu, diversas entidades, associações ambientais entre outros. A **Senhora Vereadora** refere que os últimos desenvolvimentos se prendem com as questões colocadas à CCDRA em dezembro, sobre os afluentes gasosos e se há o cumprimento dos valores dos parâmetros. A CCDRA é a entidade competente para fiscalizar, acompanhar, monitorizar e elaborou um relatório crítico em que refere que todos os parâmetros estão a ser cumpridos, estas análises são efetuadas com a periodicidade bianual. A Câmara já tem questionado a CCDRA sobre algumas questões técnicas, no dia vinte e seis de fevereiro foi solicitado a esta comissão que as fábricas fizessem um maior número de análises e não só bianual. (A CCDRA ainda não respondeu a esta solicitação). A Câmara é a entidade fiscalizadora em termos de construção / licenciamento tudo o mais não tem competência cabendo a CCDRA uma maior fiscalização quanto a esses gases e sua emissão, sendo esta também uma questão de saúde pública.-----

-----O **Senhor Presidente**, não defende que a fábrica feche, mas deve ser tomada uma posição sobre as reclamações proferidas. A Câmara em fevereiro teve a iniciativa de convocar a Associação Ambiental das Fortes e as empresas, tendo sido agendada uma visita técnica a Espanha para o mês

de março, no sentido de ver como se trabalha neste aspeto, mas como tal já foi referido esta atividade não se pode realizar devido ao COVID-19. O **Senhor Presidente** informou, que recebeu um e-mail da Senhora Ministra da Agricultura, a convocar a Câmara Municipal para uma reunião no dia dezanove de maio, sobre o assunto que estamos a debater. Haverá que levar os pontos de vista e executar as medidas que possam resolver este problema. Efetivamente não se justifica as análises só serem feitas duas vezes por ano, sugerindo que deviam de ser realizadas mensalmente e isso deveria ser sugerido à Senhora Ministra da Agricultura. Haver uma alteração às regras, seria uma nova pressão e a competência das obras ser da CCDRA e não da Câmara. Com o envolvimento do governo era mais fácil fazer-se um estudo mais aprofundado e haver uma linha de apoio para estas empresas se reverterem. Todas as atividades económicas têm apoios do estado para se modernizarem e auto renovar, não se pode virar as costas a esta situação até porque existem trinta e tal trabalhadores, temos indústrias por todo o lado e que devem ser adaptadas à vida humana.-

-----O **Senhor Vereador José Guerra**, salienta que existe alguma injustiça relativamente à Câmara e haverá que salientar, se houve algum executivo que tomou alguma posição e fez algo foi este executivo, compreende que a vivência daquelas pessoas não é fácil, mas deve se ser exigente e exigir que a situação venham a melhorar, mobilizar todas as entidades para em conjunto encontrar uma solução para este problema.-----

-----O **Senhor Vereador Paulo Conde**, refere que tinha conhecimento do e-mail enviado à Câmara sobre a situação da fábrica das Fortes, há um processo que se desenrola há muitos anos e a Câmara tem tido um papel ativo para a sua resolução. Refere que tem conhecimento que estava agendada a visita a Espanha, contudo a associação ambiental esquecesse que a câmara tem feito muitos esforços. O Senhor Vereador refere que reside naquela zona e observa o fumo e a gordura que ali persiste. -----

-----O **Senhor Vereador José Guerra**, deu a conhecer um conjunto de informações, recebeu da Autoridade de Gestão do Programa dos Imigrantes, uma informação sobre o alargamento do prazo para a elaboração do plano, que em breve será apresentado na reunião de câmara e em junho na Assembleia Municipal. Também se está a tomar diligências de prosseguir com o trabalho sobre a sinalização dos recursos pedestres e recicláveis, para dotar o concelho destes pontos turísticos. Sobre a última reunião da CIMBAL, decorreu na segunda-feira uma sessão sobre os transportes, de realçar que os alunos do décimo primeiro ano e do décimo segundo ano do ensino secundário, vão retomar as aulas na próxima semana, existe a necessidade de definir a rede de transportes, no

g
L.
A.

entanto as escolas ainda não ultimaram os horários. Em termos do concelho de Ferreira do Alentejo, temos a necessidade de transportar catorze alunos das freguesias para a sede de concelho e seis alunos que frequentam o ensino secundário em Beja. É muito difícil conciliar estes horários e a forma de minimizar essa dificuldade será a autarquia assegurar os mesmos. Durante a pandemia foram assegurados os serviços mínimos de transporte, houve uma redução substancial na mobilidade das pessoas, a Rodoviária do Alentejo SA deixou de fazer muitas carreiras e tenta-se definir serviços mínimos que garantam o transporte das pessoas. Existe a proposta para que houvesse um transporte diário entre Ferreira do Alentejo e Beja e uma ligação semanal entre as localidades do concelho e a sede, para dar oportunidade às pessoas se deslocarem. Em relação a esta proposta a Rodoviária coloca algumas reticências pois não há passageiros e definiu um valor por quilómetro, sendo este muito elevado. Este serviço até poderia ser financiado pelo PART-Programa de Apoio à Redução Tarifária e por um outro programa, mas não se sabe sobre a verba disponível. Há neste momento uma preocupação com o processo de concessão de transportes no Baixo Alentejo, a situação vivida veio trazer muitas dificuldades às empresas de transportes. -----

-----Relativamente às ITI-Apoio no âmbito do Alentejo 2020 gerido pela CIMBAL e pela Câmara, o **Senhor Vereador José Guerra**, salientou que recebeu uma informação sobre a dificuldade de executar verba, existindo a possibilidade de transitar verbas do Fundo Social Europeu para o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, dada a dificuldade existente em colocar alguns projetos em prática, podem-se alocar algumas verbas para outros projetos. Por exemplo temos já dois projetos que foram aprovados que tendo em conta a sua natureza não poderão ser executados, assim temos a oportunidade de mobilizar um terço da verba (projeto Cultura para Todos e o projeto da Promoção Escolar). Referir ainda os projetos das alterações climáticas, promovido pela EDIA- Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva na promoção dos valores da biodiversidade e outra candidatura da economia circular. Ainda sobre a reunião da CIMBAL, também foi um dos temas a alienação de um imóvel na Praça da República, não havendo interesse. No dia de ontem o **Senhor Vereador José Guerra** e a **Vereadora Maria José** participaram numa reunião com a entidade regional do turismo, sobre o projeto da Área de Serviço de Autocaravanas, existe a proposta para concluir este projeto até março do próximo ano. Em conjunto com o Centro de Tecnologia e o CEBAL decorrem reuniões com pequenos agricultores do concelho, para se promover a existência de circuitos curtos, ligação entre produtores e consumidores locais, como o caso das hortas urbanas, seria interessante avançar com esse projeto. -----

L.
M.

-----No âmbito da comemoração dos setenta e cinco anos da Estrada Nacional há a possibilidade de colocar um marco comemorativo não só em Ferreira do Alentejo como também em Odivelas. Os Serviços de Economia e Estratégia estão a desenvolver uma ação com o intuito de disponibilizar informação às microempresas sobre os apoios a que podem aceder no âmbito do COVID-19. Amanhã, irá acontecer uma reunião com a Segurança Social e outras Câmaras sobre a questão do acompanhamento dos testes preventivos, apoios às pessoas mais carenciadas e normas para a abertura das creches. -----

-----A **Senhora Vereadora Ana Rute**, referiu a informação da Fundação INATEL a presente época está encerrada, nomeadamente as competições e as atividades desportivas. No âmbito do projeto Ferreira a Mexer +55, já existem doze vídeos e tem tido uma forte adesão. Colocou-se a equipa de desporto a fazer uma limpeza mais profunda de todo o equipamento, face à inexistência de atividades. No que concerne ao CROFA, as situações de abandono são diárias, um caso de uma cadela de raça galga grávida que foi adotada para Olhão. Tem-se conseguido com a colaboração de entidades e colaboradores presentes no CROFA, promover algumas situações de adoção de cães. -----

-----Em termos da Educação, a Senhora Vereadora refere que se está a trabalhar na revisão dos contratos de eletricidade e de telecomunicações. Amanhã irá haver uma reunião por videoconferência da rede intermunicipal para a educação, com alguns pontos de análise, avaliação para o início do projeto e ver de que forma vamos colocar a candidatura no terreno. Na próxima sexta-feira os militares do Regimento de Infantaria n.º 2 de Beja, irão estar na Escola Básica e Secundária José Gomes Ferreira, numa ação de formação sobre a forma de desinfetar os espaços escolares, contando com a presença de todos os assistentes operacionais. Sobre os transportes há uma preocupação, brevemente os alunos do décimo primeiro ano e décimo segundo ano do ensino secundário iniciam as aulas em regime presencial com quatro horários distintos em quatro dias da semana. Foram ativados alguns circuitos de táxi, Abegoaria e Odivelas, os serviços de transportes da câmara poderão dar apoio com a distribuição das fichas de trabalho aos alunos e às refeições. Preocupação também são os alunos que frequentam o ensino secundário em Beja, a câmara comparticipa o transporte a seis alunos, até ao momento as escolas ainda não entregaram os horários e não havendo compatibilidade com os horários da Rodoviária, os alunos terão de ficar muitas horas na cidade de Beja, sem acesso a equipamentos e locais para aguardar pelos transportes. -----

G. A.

-----**A.2 – OUTROS ASSUNTOS**-----

-----**Primeiro**-Não há informações para conhecimento. -----

-----**Segundo**- O **Senhor Vereador Paulo Conde**, refere uma primeira situação relativa aos contentores do lixo estarem cada vez mais cheios e sem recolha, e uma segunda situação que se prende com a questão: para quando a conclusão da *epopeia* das passadeiras. -----

-----O **Senhor Presidente** sobre os contentores do lixo, refere que a câmara continua a fazer os circuitos que estava a fazer e os casos podem ser pontuais, pois foram contratadas duas pessoas para fazer face a este assunto. Quanto às passadeiras, existem prazos e regras que por vezes se tornam difíceis de cumprir. -----

-----A **senhora Vereadora Maria José**, pois já tem comentado sobre o aumento da reposição de resíduos junto aos contentores e nota que está a ser feita com muita normalidade. Devia haver uma equipa apenas dedicada à recolha de monos, situação que tem defendido várias vezes. Para além da recolha porta a porta há que responder a essas situações, esse trabalho é feito pelos assistentes operacionais, que tem outros serviços. Quanto às passadeiras, essa empreitada foi adjudicada o ano passado, devia de já ter terminado, apresenta muitas dificuldades de gestão e nem estamos a dois terços da obra. -----

-----**A.3 – RESUMO DE TESOURARIA**-----

-----Foi apresentado o resumo diário de tesouraria do dia 12 de maio de dois mil e vinte, o qual apresentava os seguintes saldos: -----

-----**Orçamental**: - três milhões, oitocentos e quarenta mil, duzentos e setenta e oito euros e trinta e sete cêntimos. -----

-----**Não Orçamental**: - duzentos e três mil, novecentos e dezassete euros e vinte cêntimos. -----

-----A Câmara, tomou conhecimento. -----

-----**B – ORDEM DO DIA**-----

-----**B.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR (N.ºS 10 DE 2020)**-----

-----Tendo o texto da ata indicada em epígrafe sido previamente distribuído a todos os elementos da Câmara, foi dispensada a sua leitura de harmonia com o disposto no n.º 1 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----O Senhor Vereador Paulo Conde, não participou na votação da ata n.º 10 por não ter estado presente na última reunião. -----

L. A.

----- E, não havendo retificações a fazer, a câmara deliberou por unanimidade o seguinte:”
Aprovada”. -----

-----**B.2 – PONTO DA SITUAÇÃO-COVID-19**-----

-----**(327)** - Tendo sido distribuídos alguns documentos do ponto da situação e de iniciativas realizadas no âmbito do combate a esta pandemia, nomeadamente: -----

-----Primeiro: As medidas adotadas pelos serviços para seu funcionamento, considerando a passagem do estado de emergência para a situação de calamidade. -----

-----Segundo: A Direção Geral de Saúde determinou as medidas a adotar para a diminuição da transmissão da Covid-19, em restabelecimentos de restauração e bebidas. A Câmara Municipal também dispõe de espaços com estas características, isto é: Piscinas Descobertas, Jardim Público, Terminal Rodoviário e a considerar ainda o bar da Barragem de Odivelas, pelo que haverá a ponderar o caminho a seguir. -----

-----Terceiro: Na última reunião de câmara, foi deliberado suspender o Festival Giacometti, mas não ficou descartada alguma atividade para registar esta data. -----

-----Assim, o **Senhor Presidente** tomou a palavra, para referir o seguinte: começaram a ser feitos os testes do COVID-19 aos funcionários e utentes dos lares do concelho de Ferreira do Alentejo. Os testes estão a ser realizados por três equipas do Algarve Biomedical Center, com um calendário conforme eles programaram de acordo com os transportes disponíveis. É um trabalho prévio onde as pessoas já vêm identificadas, foi realizado na Fundação São Barnabé, falta o lar da Santa Casa da Misericórdia de Ferreira do Alentejo e o lar Professor Mariano Feio de Canhestros, os resultados são dados a conhecer em cinco dias. -----

-----Participação numa reunião com a Ministra da Agricultura por causa dos imigrantes que trabalham na agricultura, que se mostrou muito empenhada nesta causa, no dia vinte e cinco ou vinte e seis de maio vai haver outra reunião, para se levar ao conselho de ministros, e se criarem regras acerca do alojamento destes trabalhadores. Sublinhou ainda que existem apoios às empresas com uma comparticipação até oitenta por cento a fundo perdido para a compra de máscaras e de álcool, quer para o apoio a essas compras quer para a realização de pequenos investimentos de adaptação das suas instalações face à situação do Covid-19. Existe um calendário a cumprir, de acordo com a estratégia nacional no dia dezassete de maio vai terminar o estado de

calamidade, e no dia dezoito de maio está previsto a abertura de bares e restaurantes, com regras a adotar. Por parte da Câmara existem três espaços, o Jardim Público, esplanada das Piscinas e o Terminal Rodoviário, a freguesia de Odivelas deve tomar as decisões sobre o Bar da Barragem. As regras da Direção Geral da Saúde devem ser cumpridas, quanto ao terminal da Rodoviária devem ser cumpridas as regras de ocupação do espaço, de igual forma o Bar da Piscina. Em termos do Jardim Público verificar-se-á a abertura do bar, no entanto dever-se-á ver a situação do acesso ao parque infantil. Estes espaços possuem um contrato com o pagamento de uma renda mensal, pois deve ser feita alguma isenção de pagamento durante algum tempo, dadas as circunstâncias vividas nos últimos tempos.-----

-----Relativamente a esta questão a **Senhora Vereadora Maria José** refere que os equipamentos da Câmara devem cumprir as regras da DGS, no jardim é difícil com o espaço infantil que deve ficar isolado, a piscina certamente este ano não vai abrir, mas o bar irá funcionar certamente, na esplanada está a ser colocada uma tela. Quanto ao pagamento deve ser analisada esta questão, no tempo em que estiveram fechados não devem pagar, mas quando abrirem deve haver um pagamento, mas reduzido.-----

-----A **Senhora Vereadora Ana Rute**, concorda com o exposto pela Senhora Vereadora Maria José.

-----O **Senhor Vereador Paulo Conde**, concorda com o exposto, mas a separação da esplanada com o jardim, as fitas e as baias podem não resultar.-----

-----O **Senhor Vereador José Guerra** refere que a prestação do serviço não vai ser normal e dever-se-ia aplicar um desconto face à expectável diminuição de mobilização. Não se deve criar dificuldades às pessoas, todos temos a noção que poucas pessoas vão frequentar esses espaços, a piscina vai ser o mais difícil, porque não vai haver banhos.-----

-----A Câmara municipal depois de analisar, deliberou por unanimidade o seguinte: "Isentar, os meses de março, abril e maio, os bares dos equipamentos municipais. Este assunto volta novamente à reunião de câmara".-----

-----**B.3 – EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO**-----

-----Foram presentes à reunião de câmara, os seguintes processos de obras, os quais incluem pareceres técnicos emitidos pela Divisão de Urbanismo e Obras Públicas:-----

[Handwritten signature]

-----**(328)** – Processo- PL-LEG 1/2020-Requerente: Gold Meridian-Investimentos Imobiliários SA, referente à legalização de edifício para escritório, sito em Fortes. Solicita a aprovação. -----

-----A Câmara municipal depois de analisar, deliberou por unanimidade o seguinte: “Aprovado de acordo com o parecer técnico”. -----

-----**(329)** – Processo- PL-TUR 1/2020-Requerente: ASOMA, Unipessoal Lda., referente à alteração de edifício, sito no Monte de Vilas Boas-Ferreira do Alentejo. Solicita aprovação do projeto de arquitetura. -----

-----A Câmara municipal depois de analisar, deliberou por unanimidade o seguinte: “Ouvir o Requerente nos termos propostos. Solicitar parecer da DC sobre o projeto”. -----

-----**B.4 – SERVIÇOS NOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS E CREMAÇÕES**-----

-----Nos termos e para cumprimento do estipulado no nº 3 do artº 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, remete-se a relação dos processos, relativos a requerimentos cujo ato de deferimento / indeferimento é da competência da Câmara Municipal. No entanto pelo caráter de urgência da sua conclusão, a Srª Vereadora, por delegação de competências do Sr. Presidente, datado de 12 de dezembro de 2018, deferiu os atos e remeteu-os à reunião da Câmara para ratificação, acompanhado da informação interna da DAM nº 3322/2020, de 11 de maio de 2020. -----

-----Fica uma cópia da relação arquivada na pasta de documentos anexo à ata. -----

-----A Câmara depois de analisar, deliberou por unanimidade o seguinte: “Ratificado os despachos”. -----

-----**B.5 – APOIO A ENTIDADES E ATIVIDADES DIVERSAS**-----

-----De acordo com a deliberação da Câmara Municipal do dia 6 de fevereiro de 2019, foi presente à reunião, o seguinte pedido, integrado na forma de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, e a atividades diversas, tal como o previsto nas alíneas o) e u) do nº1 artigo 33º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro:-----

-----Anexa-se o pedido formulado e que faz parte integrante da presente ata e solicitado pela seguinte entidade: -----

-----**(330)** – ESDIME. -----

-----A Câmara depois de analisar, deliberou por unanimidade o seguinte: “Aprovado conforme proposto”. -----

-----**B.6 – REGULAMENTO DE APOIO À CULTURA E DESPORTO**-----

G. A.

----(331) -Foi enviada à reunião de câmara, proposta do Senhor Presidente o Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo e Atividades Culturais, Cívicas, Desportivas e Recreativas, na sequência do processo interno de reflexão. -----

----A Câmara depois de analisar, deliberou por unanimidade o seguinte: “Abertura de discussão publica”. -----

----**B.7 – PROJETO DE REMODELAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS AO AR LIVRE** -----

----(332) - Foi presente à reunião de câmara a informação interna n.º 3174 de 4 de maio de 2020 do Chefe DUOP, com o projeto de remodelação das piscinas ao ar livre, para que de acordo com a clausula 11ª do caderno de encargos, possa ser aprovado. -----

----A Câmara depois de analisar, deliberou por unanimidade o seguinte: “Aprovado conforme proposto”. -----

----**B.8 – PROJETO DO PARQUE CANINO** -----

----(333) - Foi presente à reunião de câmara a informação interna n.º 1176 de 7 de fevereiro de 2019, a qual teve o seu início no veterinário ao serviço do município. Algumas restrições colocadas na fase inicial, devido à propriedade do imóvel, a Senhora Vereadora Maria José Efigénio em 20 de abril de 2020, remeteu ao Senhor Presidente, o projeto do parque canino, para a sua aprovação, com a respetiva estimativa orçamental, nos termos estabelecido no ponto 12.2, do despacho do Senhor Presidente de 26/10/2017 e atualizado em 3/1/2018, o qual teve lugar em 6 de maio de 2020 e remetido para conhecimento da câmara.-----

----A Câmara depois de analisar, deliberou por unanimidade o seguinte: “Tomou conhecimento”. -

----**B.9 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA-COMPROMISSO PLURIANUAL- EMPREITADA “EXPANSÃO DO PARQUE EMPRESARIAL DE FERREIRA DO ALENTEJO”** -----

----(334)- Foi presente à reunião de câmara a informação interna da Chefe DAM, n.º 3182, de 5 de maio de 2020, com o assunto: Empreitada de Expansão do Parque Empresarial de Ferreira do Alentejo (obras de urbanização), considerando o despacho da Sra. Vereadora, Maria José Efigénio, remete-se a presente proposta, para em caso de concordância a mesma possa ser submetida a apreciação e deliberação da câmara municipal, órgão competente para a decisão de contratar e autorizar a despesa, nos termos da alínea f) do n.º 1 do art.º 330 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, o seguinte:-----

----PROPOSTA-----

-----1- DECISÃO DE CONTRATAR (fundamentada artº 36º do CCP) E AUTORIZAÇÃO DA DESPESA: a) Autorizar a execução da empreitada de “Expansão do parque Empresarial de Ferreira do Alentejo (obras de urbanização)”. A realização deste investimento, reside sobretudo no grau do estado de ocupação do atual parque de empresas que conduz à necessidade da sua expansão e ao facto de não vira ser possível, nos termos do art.º 41º do regime jurídico da urbanização e edificação, proceder à concretização da operação de loteamento inerente à expansão do parque de empresas sem que o terreno se encontre previamente urbanizado. b) Autorização da despesa com a referida contratação no valor estimado de 2.100.000,00€ ÷IVA (considerando o compromisso plurianual).

2- AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA O COMPROMISSO PLURIANUAL.2.1. O disposto no art.º 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, e art.º 12º do decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho que determina que a abertura de procedimento cujas despesas deem lugar a encargo orçamental em mais de que um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização a autorização prévia para a assunção do compromisso plurianual pode ser dada aquando da aprovação das GOP’s.2.2. O disposto no art 3º- A da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março (aditado pela Lei nº 4- B/2020, de 6 de abril), que estabelece um regime excecional de cumprimento das medidas previstas nos Programas de Ajustamento Municipal e de endividamento das autarquias locais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, e no artº 129.º do Orçamento do Estado para 2020, aprovado pela Lei n.º 2/2020, de 31 de março, a em que a integração do saldo de gerência do ano 2019 podia ocorrer logo que seja aprovado o mapa de fluxo de caixa, nos termos do artigo e, que a integração do saldo da gerência podia ser efetuada por revisão orçamental (alteração modificativa), carecendo de ratificação, aquando da realização da primeira reunião do órgão deliberativo. 2.3. A câmara municipal na sua reunião de 29 de abril aprovou o mapa de fluxo de caixa e a sua integração por revisão orçamental, remetendo a Assembleia Municipal, para ratificação. Na revisão orçamental, a ação 2007/1/8 das GOP’s foi reforçada para o ano 2020 e 2021 com verba, que comporta toda a despesa, inerente à presente empreitada. Pelo que se dá cumprimento ao disposto no ponto 2.1. da presente informação.3- ESCOLHA DO TIPO DE PROCEDIMENTO. Procedimento de contratação por concurso público para a execução Empreitada de Expansão do parque Empresarial de Ferreira do Alentejo (obras de urbanização), nos termos previsto no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar de acordo com os limites

ao valor do contrato constantes da alínea b) do nº1 do artigo 20.º do CCP.4- CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO: De acordo com o que consta do programa de concurso, propõe-se que a adjudicação seja feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinando-se esta pela apreciação dos fatores submetidos à concorrência e que a seguir são indicados, devidamente hierarquizados segundo a sua incidência na ponderação: • P — Preço — 70% • VT — Valia técnica — 30%5- DESIGNAÇÃO DO JURI: De acordo com o que dispõe o n.º 1 do artigo 67.º do CCP torna-se necessário proceder à designação do júri que conduzirá o procedimento. Para o efeito foi proposto que o júri tenha a seguinte constituição: Presidente: Eng.º Álvaro Ramos-1º vogal: Eng.º Paulo Simão-2º vogal: Arqtº Fernando Magalhães-Vogal suplente: Arqtº Sérgio Felício e Engº Vítor Roque.6- PEÇAS PROCEDIMENTAIS- Nos termos e para cumprimento do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 40.º do CCP, propõe-se ainda a aprovação do anúncio (a publicar em DR), caderno de encargos e programa de concurso. -7- GESTOR DO CONTRATO-De acordo com o dispõe o artigo 290.º-A do CCP, deve designar-se um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste. Para o efeito foi proposto, Engº Paulo Simão.-----

-----A Câmara depois de analisar, deliberou por unanimidade o seguinte: “Aprovado conforme informação da Chefe DAM. Aprovado que os termos ulteriores do procedimento, sejam delegados na Vereadora do pelouro de acordo com o previsto no nº1 do artigo 109º do CCP. Exceção do compromisso plurianual referido no nº2, uma vez que já está no orçamento e GOP’s”. -----

-----**B.10 – REGULAMENTO DE APOIO SOCIAL. HABITAÇÃO.** -----

-----**(335)** – Foi presente à reunião da câmara, através da informação interna nº 8723/2019, de 25 de outubro de 2020, enviada pelos serviços da Divisão Social-Habitação e Saúde, para responder à candidatura da Senhora Beatriz Duro Farião, residente na rua D. Diogo Francisco Afonso Passanha, 73 em Ferreira do Alentejo, no qual solicita um apoio financeiro para obras na habitação que ocupa, cujo valor é de 1.200,00 euros.-----

-----Os serviços da DS, verificaram a conformidade do processo em 13 de janeiro de 2020, no que faltava o cabimento, tendo sido efetuado em 14 de fevereiro de 2020. -----

-----Por parte dos serviços da DUOP, há a confirmação que o orçamento corresponde aos trabalhos a realizar. -----

-----A Câmara depois de analisar, deliberou por unanimidade o seguinte: “Aprovado”. -----

-----**B.11 – EDUCAÇÃO E ENSINO**-----

G.
A.

----(336) – Relativamente ao movimento anual de rede escolar para 2020/2021 Educação pré-escolar, a Chefe da Divisão de Cultura, através da informação interna n.º 5512, de 6 de maio de 2020, produziu o seguinte esclarecimento: “Dia 29 de abril respondemos à DGESTE, informando que o JI de Alfundão estava a funcionar junto da EB de Alfundão por causa dos *handicaps* referidos no relatório dos técnicos de Saúde que revelavam que o espaço não era indicado para o funcionamento da valência Pré-escolar. Agora é nos sugerida a extinção do Jardim de Infância e o seu funcionamento junto da EB de Alfundão. Tendo presente que o edifício do Jardim de Infância não sofreu obras e que, no próximo ano letivo, as crianças terão de continuar alocadas à EB, onde existe uma sala para o efeito, penso que a sugestão não será descabida. Alerto, no entanto, que se fizeram 2 reuniões com os encarregados de educação que reivindicam o regresso da valência Jardim de Infância ao antigo espaço, mediante a feitura de obras. Esta solução não fará muito sentido existindo espaço na EB, além do mais ter-se-ia que fazer um projeto e depois lançar a obra, o que levará o seu tempo, provavelmente superior ao do próximo ano letivo. Penso, no entanto, que o espaço da EB deverá ser apetrechado com equipamento lúdico para esta faixa etária à semelhança do projetado para Santa Margarida”. -----

----O Senhor Presidente em 9 de maio de 2020, determinou o seguinte: “Considerando que o assunto ainda está em estudo e ponderação, carecendo da necessária concertação com a junta de freguesia e com os pais e encarregados de educação; e que não foi possível concluir tal processo, mormente com a crise COVID-19 que desde março nos impede de realizar as reuniões, designadamente com os pais e encarregados de educação; sendo que a ausência de resposta em 10 dias equivale a aceitação; e não havendo condições para formular tal resposta, como acima indicado; determino que, pela DC, se oficie de imediato à delegada regional da educação, a explicar a situação, como acima descrito e a comunicar a não concordância deste município quanto à proposta de extinção do jardim de infância de Alfundão.-----

----Durante o ano letivo 2020/2021 (cujo arranque e desenvolvimento ainda são uma incógnita dada a crise COVID-19), funcionará, tal como aconteceu na parte possível do ano letivo atual, nas instalações adequadas da EB1 de Alfundão, na qual a câmara garantirá as devidas condições.-----

----Entretanto, logo que possível, serão desenvolvidas as diligências referidas a fim de se encontrar, concertadamente, o melhor caminho de solução, e que será, então, comunicado à delegada regional da educação.-----

-----Cópia à junta de freguesia de Alfundão.-----

-----A **Senhora Vereadora Ana Rute**, refere que está a ser operacionalizado o período escolar e dar aos pais todas as explicações para a matrícula. Está-se a fazer o levantamento dos alunos. Existe a preocupação relativamente à abertura do ensino pré-escolar, haverá que tomar medidas, nomeadamente limpeza e higienização. Vamos aguardar até ao dia dezoito de maio para avaliar todas as situações.-----

-----A Câmara depois de analisar, deliberou por unanimidade o seguinte: “Ratificar o despacho do Senhor Presidente”.-----

-----**B.12 – REGENERAÇÃO URBANA DA ENVOLVENTE AO MERCADO MUNICIPAL E PARQUE DE ESTACIONAMENTO EM FERREIRA DO ALENTEJO**-----

-----**(337)** – Foi presente à reunião da câmara, a informação externa n.º 3156 de 9 de março de 2020, a qual contém o Plano de Segurança e Saúde na obra, para que o mesmo possa merecer aprovação.-----

-----A Câmara depois de analisar, deliberou por unanimidade o seguinte: “Aprovado de acordo com a informação do Chefe DUOP”.-----

-----**C. – MINUTA DA ATA**-----

-----Aprovada por unanimidade.-----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, e quando eram dezoito horas e trinta e dois minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião.-----

-----E eu, *Alvaro Rocha Ficht*, Chefe do Serviço Jurídico e Institucional, a redigi e subscrevi.-----

Presidente da Câmara,



Luís António Pita Ameixa